

PRÁTICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

INCLUSIVE PRACTICES IN PROFESSIONAL EDUCATION: A SYSTEMATIC REVIEW

¹Cristina Sarturi

²Angela Maria dos Santos.

¹Instituto Federal do Paraná – Campus Curitiba. E-mail: cristina.sarturi.cs@gmail.com.
ORCID: 0000-0002-3838-3372

²Instituto Federal do Paraná – Campus Curitiba. E-mail: angela.dossantos@ifpr.edu.br.
ORCID: 0000-0002-6775-1787

Artigo submetido em 16/09/2022, aceito em 19/09/2023 e publicado em 05/09/2024.

Resumo: Esta pesquisa é uma revisão sistemática de artigos brasileiros que descrevem trabalhos sobre Educação Especial na Educação Profissional, destacando os relacionados com boas práticas e estudos de casos, com intuito de contribuir com os profissionais que atuam nessa área. Para isso, buscou-se periódicos nacionais que eram disponibilizados de forma gratuita, sendo selecionadas, sobre o tema, quatro revistas indexadas pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Foram encontrados somente cinco artigos que tratam da Educação Especial, na perspectiva inclusiva, na Educação Profissional e que foram escritos entre 2012 e 2019. Os artigos encontrados não foram, como esperado num primeiro momento, sobre estudo de caso, porém refletiam pesquisas atuais na área, para o período selecionado, e atingiam o objetivo principal da pesquisa que era o de fazer uma revisão sistemática de artigos na área de Educação Especial na Educação Profissional. A análise dos mesmos se deu a partir de duas questões principais: quais as deficiências abordadas e quais as contribuições dos trabalhos para a Educação Especial na modalidade da Educação Profissional. Esta revisão aponta questões significativas para os profissionais que atuam na área da Educação Profissional na vertente da Educação Especial, destacando a importância da formação e da troca entre pares e instituições, como importante ferramenta no avanço do processo da Educação Especial, na perspectiva inclusiva, na Educação Profissional, além de destacar a importância do registro e publicação de práticas educativas, pois as mesmas contribuem para discussões, análise e proposições por outros grupos profissionais.

Palavras-chave: educação especial; inclusão; educação profissional e tecnológica.

Abstract: This research is a systematic review of brazilian articles that describe works on Special Education in Professional Education, highlighting those related to good practices and case studies, in order to contribute to professionals working in this area. For this, the journals available nationally for free were searched, being selected four journals indexed by CAPES (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel). Only five articles were

found that deal with Special Education from the perspective of Professional Education and that were written between 2012 and 2019. The articles found were not, as expected at first, about a case study, but they reflected current research in the area and reached the main objective of the research: to make a systematic review of articles in the area of Special Education in Professional Education. Their analysis was based on two important questions: what are the disability addressed and what are the contributions to Special Education in the form of Professional Education. This review points out significant issues for professionals working in the area of Professional Education in the field of Special Education, highlighting the importance of training and exchange between peers and institutions, as an important tool in advancing the process of Special Education, from an inclusive perspective, in Professional education, in addition to highlighting the importance of recording and publishing educational practices, as they contribute to discussions, analysis and propositions by other professional groups.

Keywords: special education; inclusion; technological and professional education.

1 INTRODUÇÃO

O processo de educação inclusiva e a busca pelo direito de todos estarem juntos aprendendo e participando sem discriminação, representa uma mudança no movimento cultural, social, político e pedagógico, fundamentado na concepção de direitos humanos. Entende-se que ambientes escolares inclusivos são:

fundamentados em uma concepção de identidade e diferenças, em que as relações entre ambas não se ordenam em torno de oposições binárias (normal/especial, branco/negro, masculino/feminino, pobre/rico). Neles não se elege uma identidade como norma privilegiada em relação às demais (ROPOLI, *et al.*, 2010, p.7).

O Ministério da Educação, em Ropoli, *et al.* 2010, propõe a escola das diferenças, onde todos se igualam pelas suas diferenças. Nesta concepção entende-se que os alunos são únicos, singulares, mutantes e diferentes uns dos outros, não sendo possível defini-los e catalogá-los por conjuntos definidos por um único atributo eleito para diferenciá-los. Dentro desse contexto amplo da escola inclusiva, tem-se a proposição da educação especial como:

modalidade que não substitui a escolarização de alunos com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, essa educação supõe uma escola que não exclui alunos que não atendam ao perfil idealizado institucionalmente (ROPOLI, *et al.*, 2010).

O processo de inclusão da pessoa com deficiência no Brasil ocorreu de forma lenta, progredindo das séries iniciais para o ensino médio e profissionalizante. Nos últimos anos tem se observado uma maior demanda social para a entrada e permanência no ensino médio e profissionalizante, contudo, pouco se tem produzido de pesquisas e de estudos sobre os processos pedagógicos necessários para que esse ensino seja de qualidade, transformador e gerador de autonomia, tanto no desenvolvimento acadêmico, quanto social, relacional e profissional.

Tradicionalmente, os alunos que apresentavam uma diferença na sua forma de aprendizagem, eram encaminhados para instituições de ensino especializado, que substituíram as escolas regulares. Isto porque, no Brasil, o atendimento educacional às pessoas com deficiência foi disposto em lei pela primeira vez em 1961, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61 (BRASIL, 1961), antes disso, essas pessoas eram vistas como uma responsabilidade da saúde e as escolas especiais seguiam um modelo médico.

Em setembro de 2008 com o Decreto Nº 6.571/08, que apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a educação inclusiva passa a constituir a proposta pedagógica da escola, atuando de forma articulada com o ensino comum. Nela a educação especial é formada por “... alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (BRASIL, 2008). Este decreto assegura a matrícula a todos estes alunos no ensino regular. Em dezembro de 2011, o Decreto 7611, veio substituir o Decreto Nº 6.571/08 e aponta que a modalidade de Educação Especial integra o sistema de ensino regular e não se estabelece em um sistema paralelo de educação (BRASIL, 2011).

Ao pensar a Educação Profissional destinada à educação especial, na perspectiva inclusiva, se faz necessário aglutinar conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo do trabalho, a profissionalização, o acesso a tecnologias e os conteúdos acadêmicos que permitem a compreensão de um fazer também historicamente construído. Sendo assim, debater educação especial na Educação Profissional é uma forma de ampliar as discussões sobre o direito à diversidade, à igualdade, bem como uma valorização da diversidade num âmbito de grande abrangência social.

Segundo Silva e Dore (2016), as políticas de Educação Profissional no Brasil desde seu início, apresentaram caminhos diversos para os diferentes grupos sociais e isso não foi sem consequências. As autoras defendem que no “processo de organização da Educação Profissional, foram construídos mecanismos de exclusão que abrangeram, por exemplo, as pessoas com deficiências”. (SILVA e DORE, 2016, p. 205)

Silva e Dore (2016), explicam que, no Brasil, o trabalho com pessoas com deficiência teve seu início na época do Império, com um caráter assistencialista, sendo destinado aos considerados “desvalidos da fortuna”. As instituições propunham a educação de forma paralela, desvinculada do sistema de educação geral. Relatam que foram estabelecidos mecanismos para excluir da escola as pessoas consideradas anormais ou subnormais, e estes deveriam ser segregados a classes e escolas especiais. Um exemplo apresentado pelas autoras foram as Escolas de Artífices, que no decreto que as institui designa que eram para “os filhos dos desfavorecidos da fortuna”, desde que não apresentassem “defeitos” (BRASIL, 1909).

Nascimento e Faria (2013), explicam que historicamente houve um processo de exclusão da pessoa com deficiência dos cursos técnicos e tecnológicos das instituições de Educação Profissional, ficando estes, legados às instituições de educação específica. Explicam que “desde o processo seletivo até a infra-estrutura instalada, tudo favorecia a reprodução da exclusão e da injustiça social” (NASCIMENTO e FARIA, 2013, p. 14).

Os mesmos autores, descrevem que em 2000, houve a criação de uma Política de Inclusão para Educação Profissional, por meio do programa TEC NEP- Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas - e este possibilitou a quebra desse ciclo de exclusão, dando uma direção para o atendimento à pessoa com deficiência, superdotação e com transtornos globais do desenvolvimento, nas escolas regulares de ensino profissional. Este programa foi criado por duas secretarias do MEC: Secretaria de Educação Especial e a então Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Contudo, em 2011, houve o encerramento da Coordenação de Educação Profissional Tecnológica Inclusiva, na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC, causando uma lacuna no desenvolvimento das atividades da Ação TEC NEP e uma quebra das ações voltadas para inclusão (NASCIMENTO, FLORINDO e SILVA 2013, p. 10).

O Censo 2010 (IBGE, 2010), últimos dados oficiais até 2022, indicou que um quarto da população brasileira apresenta alguma deficiência (aproximadamente 45 milhões de pessoas). Comparando os resultados do Censo Escolar com os do Censo da população brasileira (IBGE, 2010) percebe-se que as ações dos governos, as lutas de classe e mudanças de legislação,

promoveram avanços significativos quanto à colocação das pessoas com deficiência na escola. Os dados indicam que 95,2% das crianças de 6 a 14 anos de idade com deficiência frequentam a escola. Contudo, esses efeitos estão voltados para o ensino fundamental, pois observa-se que a população com deficiência com 15 anos ou mais, ainda está fora da escola e mais de 60% destes não têm instrução ou têm apenas o fundamental incompleto. O Censo deflagra, ainda, que das 44 milhões de pessoas com deficiência em idade ativa, mais da metade (53,8%) não está ocupada. Espera-se e acredita-se que o novo censo, que começa agora em 2022, traga melhorias nas taxas.

Compreendendo o mérito da análise da Educação Profissional e da Inclusão, Lima e Cappelle (2013), discutem a importância das escolas que se propõem a Educação Profissional atentarem para os processos de entrada, de adaptação, de acessibilidade (físicas, ambientais e de materiais), de currículo (de pequeno e grande porte), de avaliação e acompanhamento.

As escolas de Educação Profissional, que verdadeiramente querem fazer uma formação omnilateral, ampla e de qualidade, devem estar atentas às formas que o sistema tem de impedir o acesso dos alunos com deficiência, bem como devem observar os processos de avaliação, adaptação de acessibilidade e currículo para garantir uma aprendizagem ampla e que garanta ao indivíduo transformar-se e transformar o espaço social em que está inserido, sendo um cidadão ativo, buscando garantir direitos e romper com o histórico de segregação.

2 PROCESSOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa teve como objetivo fazer uma revisão sistemática integrativa para verificar os trabalhos que estão sendo feitos sobre Educação Especial na Educação Profissional e conhecer quais as tendências das investigações nesta área, objetivando-se, principalmente, analisar estudos de casos referentes às boas práticas com alunos com deficiência, realizadas na Educação Profissional. Esta revisão teve como propósito auxiliar os professores que trabalham na área, podendo com isso, enriquecer suas práticas, desenvolvendo estratégias para o trabalho com o público da Educação Especial.

Para este estudo foi escolhida a revisão sistemática da literatura, considerando a importância de selecionar e avaliar de maneira crítica os trabalhos desenvolvidos, possibilitando assim um olhar mais extenso sobre as diversas pesquisas avaliadas que foram publicadas (MEDEIROS, *et.al.*, 2011).

A revisão sistemática começou com a busca por revistas que estão indexadas na CAPES e que estivessem disponíveis gratuitamente de forma online. Fez-se essa delimitação, para que o acesso fosse disponível ao público em geral, podendo encontrar essas revistas via CAPES ou numa procura em sites de busca. Desta forma, acreditou-se que seria possível oferecer ao público em geral um acesso a materiais de qualidade que pudessem ser pesquisados sem necessidade de custos ou de acessos específicos.

Para a busca utilizou-se a plataforma Sucupira¹ da CAPES, que está disponível com acesso gratuito pelo governo. Nessa plataforma é possível encontrar as revistas que foram indexadas para CAPES e conhecer seu Qualis. Para pesquisar periódicos, nesta plataforma, existem cinco campos, destes, dois são de preenchimento obrigatório: evento de classificação, e área de avaliação, os demais, título, classificação e ISSN não são obrigatórios. Dentro de “evento de classificação”, foi escolhida a opção de “classificação de periódicos de quadriênio 2013-2016” em área de avaliação, foram pesquisadas duas grandes áreas: educação e ensino.

¹ Disponível em:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>

Dentro dessas duas grandes áreas, no campo em classificação, pesquisaram-se os termos: Educação Especial e Inclusão.

Nas áreas de avaliação de educação e ensino, digitando no campo classificação "Educação Especial", foram encontradas quatro revistas, são elas: Revista Brasileira de Educação Especial; Revista Educação Especial; Revista diálogos e perspectivas em educação especial; Revista educação especial em debate.

Nas áreas de avaliação de educação e ensino, digitando no campo classificação "Inclusão" foram encontradas 2 revistas, são elas: Educação Inclusiva e a Revista Educação, Artes e Inclusão. As revistas que surgiram da pesquisa com o termo "Inclusão" não foram selecionadas por esse estudo, pois não atendiam aos requisitos dessa pesquisa de serem revistas com acesso gratuito e de abordarem a Educação Especial.

Nas quatro revistas selecionadas buscaram-se artigos relacionados à Educação Profissional. Em cada uma delas foram colocados os seguintes termos: "Educação Profissional"; "Ensino Técnico"; "Educação Tecnológica". Todos eles foram digitados com aspas para que fossem encontrados textos que contivessem em seu título ou no corpo dos textos essas palavras juntas.

Foi estabelecido como linha de corte um período de sete anos, começando com o ano de 2012, ano seguinte ao da regulamentação do atendimento educacional especializado nas escolas regulares a partir do Decreto nº 7611 (BRASIL, 2011), pois foi nesse decreto que a Educação Especial passou a ser obrigatória de forma complementar ou suplementar em todo o Ensino Básico, na Educação Profissional e Superior.

A partir dessa base consultada foram encontrados apenas doze artigos, sendo que destes, somente cinco foram escritos no período entre 2012 e 2019 e realmente continham as palavras pesquisadas em seu resumo, quais sejam: Educação Profissional; Ensino Técnico; Educação Tecnológica. Os artigos encontrados podem ser consultados no quadro 1.

Destes artigos, nenhum deles abordava estudos de casos, trazendo boas práticas docentes em Educação Profissional, como era esperado no início da revisão sistemática, considerando-se que estes tipos de pesquisas poderiam ser materiais de referência, estudo e discussões para os professores da Educação Profissional. Com estes resultados dos bancos consultados e dos critérios de seleção, já pode-se avaliar quais as tendências da pesquisa na área de Educação Profissional, na vertente da Educação Especial. Apenas um dos artigos analisados apresentava a estratégia metodológica da tutoria de pares, que é um facilitador do processo de entrada, manutenção e saída dos sujeitos com deficiência, contudo a pesquisa não era um estudo de caso e sim um trabalho com entrevista semiestruturada.

Ao fazer a leitura completa dos cinco artigos, percebeu-se que, apesar de nenhum deles abordar estudos de caso que apontassem possibilidades de boas práticas, os mesmos apontavam questões importantes sobre a Educação Profissional que devem ser destacadas e que podem auxiliar os professores no seu processo de formação e desenvolvimento no trabalho com a Educação Especial.

Como pode-se observar, o número de pesquisas realizadas na área da Educação Especial, na perspectiva inclusiva, voltadas para a Educação Profissional é ainda incipiente, assim, compreende-se que as mesmas merecem destaque e análise, buscando avaliar como essas pesquisas que estão disponíveis podem auxiliar os professores em suas práticas.

Por esse motivo, avaliando as tendências e métodos das pesquisas referentes à Educação Profissional na perspectiva inclusiva da Educação Especial, analisaram-se os cinco artigos encontrados e foram apontados quais as deficiências que os mesmos abordam e descreveu-se

que contribuições os trabalhos trazem para a Educação Especial do ponto de vista da Educação Profissional.

Quadro 1- Listagem dos artigos selecionados para discussão na pesquisa

Revista	Título do texto
Revista Brasileira de Educação Especial	A Formação Profissional de Pessoas com Deficiência e suas Repercussões na Formação dos Professores.
Revista Brasileira de Educação Especial	Possibilidades da Tutoria de Pares para Estudantes com Deficiência Visual no Ensino Técnico e Superior.
Revista Educação Especial	As demandas requeridas para o trabalhador com deficiência no Brasil na década de 1990
Revista Educação Especial	A evasão de estudantes com deficiência na rede federal de Educação Profissional em Minas Gerais.
Revista Educação Especial	Alunos com deficiência: investigação e análise das condições de atendimento de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil.

Fonte: As autoras.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a leitura detalhada dos artigos, confirmou-se que eles não são estudos de caso específico de pessoas com deficiência. Esta questão mostrou que não há tendência de pesquisas sobre estudos de caso que poderiam ser base para troca de experiências, avaliações de práticas bem sucedidas e divulgação dos caminhos percorridos dentro da Educação Especial na Educação Profissional. Contudo, as pesquisas encontradas são importantes na área da Educação Profissional destinada à Educação Especial e, por esse motivo, contemplam o objetivo maior da pesquisa, o de verificar quais as tendências das investigações sobre Educação Especial na Educação Profissional. Assim, aqui são analisados os cinco artigos encontrados indicando quais as deficiências que abordam e apontado de que forma podem ou não, contribuir para o trabalho, em sala de aula, dos docentes da Educação Profissional e para o processo inclusivo deste mesmo nível educacional.

Na Revista Brasileira de Educação Especial foram encontrados dois artigos. O primeiro analisado foi o de Rodrigues e Passerino (2018), as autoras fazem parte de uma linha de pesquisa que propõe o desenvolvimento de uma biblioteca de soluções assistivas. Este artigo não aborda uma deficiência específica, aborda a inclusão laboral e a sua relação com a Educação Profissional e a formação de professores, discutindo as repercussões desse processo para as turmas inclusivas ou para as classes especiais. Seu enfoque está no curso de aprendizagem profissional, pois as autoras, Rodrigues e Passerino, compreendem que essa formação e a prática profissional, facilitam a entrada da pessoa com deficiência (PcD) ao mundo do trabalho. Desta forma, o enfoque fica direcionado a esses cursos, desenvolvidos em cooperativas e no sistema S, sistema esse constituído por nove organizações e entidades que têm vários objetivos, entre eles, o treinamento profissional.

Este artigo apresenta pouca contribuição para Educação Profissional Técnica de Nível Médio, porque o público alvo escolhido foi o de treinamento profissional. Contudo, a pesquisa

traz uma importante crítica de que existe pouca ou nenhuma política institucional de contratação de profissionais com qualificação específica para docência com pessoas com deficiência, tão pouco políticas de formação dos professores nas instituições pesquisadas. Este é um alerta que deve ser levado em consideração para todas as instituições de Educação Profissional, uma vez que todo processo inclusivo é sustentado pela política institucional.

Nesta pesquisa, aparece ainda, nos relatos de coordenadores e professores entrevistados, evidências de que há uma compreensão de que as habilidades profissionais para o trabalho docente com PcD seriam de cunho pessoal, envolvendo capacidades comportamentais e atitudinais, como calma, persistência e sensibilidade, não fatores pedagógicos e de qualificação profissional. Além disso, percebe-se que os professores da Educação Profissional têm formação, em sua maioria nas áreas técnicas, em detrimento de cursos de licenciatura.

No objetivo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, vemos um objetivo que norteia esse trabalho e permite uma reflexão dos reais objetivos desses processos inclusivos “(...) tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes” (BRASIL, 2015).

Observa-se no texto da política nacional de educação especial, os processos educacionais do público alvo da educação especial, devem favorecer o acesso, a participação e a aprendizagem. Para isso esse documento recomenda, além de outros pontos, a formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar. Desta forma, entende-se que cada instituição, para que possa cumprir esse plano nacional deve ter uma política institucional que vise a eficiência da Educação Especial, na perspectiva inclusiva, permitindo acessibilidade, adaptação e formação dos profissionais. Bem como, ter uma política que permita o acesso, a participação e a aprendizagem dos mesmos.

A PNEE - Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, - destaca que apenas 5,8% dos professores que atuam na educação básica, em todo o país, fizeram cursos destinados à formação continuada para atuarem com o público-alvo da Educação Especial (BRASIL, 2020).

Ao analisar o descrito na pesquisa de Rodrigues e Passerino (2018) e fazer uma relação com o PNEE, percebe-se que há um imenso desafio para que sejam disponibilizados professores com formação continuada adequada para atuar nos processos de ensino-aprendizagem de tais educandos.

O segundo artigo analisado, de Fernandes e Costa (2015), objetivou levantar as percepções de estudantes com deficiência visual e sem deficiência (tutores) sobre a atividade de tutoria de pares. A pesquisa foi realizada em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do interior do Nordeste Brasileiro. Neste estudo, participaram sete estudantes com deficiência visual na condição de tutorados, sendo cinco do técnico e dois no ensino superior; além destes, participaram seis estudantes na função de tutores e a coordenadora responsável pelas tutorias.

As entrevistas indicaram que a tutoria de pares pode trazer benefícios para os processos educacionais de pessoas com deficiência no ensino técnico e superior, sendo ampliados quando o tutor e o tutorado são da mesma classe, podendo assim facilitar a comunicação, as adaptações e os arranjos de horários para revisão de conteúdos.

A tutoria de pares mostrou-se uma estratégia pedagógica de grande relevância para Educação Profissional, que pode ser replicada para diferentes deficiências, possibilitando uma verdadeira inclusão escolar e sendo de grande auxílio metodológico para professores e estudantes da Educação Profissional. Bowman-Perrott *et. al.* (2013) argumentam que a tutoria entre pares auxilia os alunos a aprender o conteúdo por meio da repetição de conceitos-chave.

Raposo (2006), afirma que a tutoria de pares favorece o surgimento de um clima que estimula a aprendizagem, aumenta o nível de competência curricular, facilita o desenvolvimento de auto-estima e amplia as capacidades de reflexão e a construção do conhecimento dos tutores e tutorados.

A pesquisa de Fernandes e Costas destaca ainda que são necessários ajustes para melhorar o funcionamento dessa díade tutor-tutorado, devendo a instituição proporcionar maior formação, diálogo entre professor e o tutor, bem como professor aluno com deficiência. Por fim, aponta ainda, a importância da formação dos envolvidos no trabalho de inclusão da pessoa com deficiência visual e destaca que os tutores relatam que foi muito importante a troca entre pares de tutores para sua formação.

Raposo (2006) alega que, além de considerar o histórico escolar e desempenho acadêmico dos estudantes que serão os tutores, é interessante valorizar os que possuem características reflexivas e construtivas em sua aprendizagem, pois observou-se que eles desenvolvem ações de apoio mais criativas, reflexivas e pertinentes às especificidades e necessidades de aprendizagem dos pares com deficiência visual.

A pesquisa de Fernandes e Costa (2015), valoriza, ainda, a importância da formação continuada da equipe de trabalho, envolvendo professores, coordenadores e alunos tutores. Raposo (2006), ratifica essa posição alegando que a formação é de suma importância. Argumenta ainda que para uma efetiva realização desse trabalho se faz necessário apoio e envolvimento das diferentes instâncias institucionais. Por fim, a pesquisa do artigo analisado, destaca a importância do diálogo entre pares de tutores, onde ambos aprendem mutuamente. Aqui julga-se ser importante acrescentar também a relevância da troca de pares também nas diferentes instâncias, isto é, entre alunos, tutores, professores, coordenadores e instituições, pois podem proporcionar benefícios para a aprendizagem coletiva.

Na Revista Educação Especial foram encontrados três artigos. No primeiro artigo analisado, de Figueiredo e Johann (2013), discute-se a influência dos novos modelos de produção capitalista e as propostas de formação elaboradas pelas Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAES. Para isso produzem uma análise de documentos que propõem a Educação Profissional para as APAES da FENAPAE (Federação Nacional das APAES), após a década de 90 e comparam com os modos de produção capitalistas, presente nesta época, o regime de acumulação flexível.

Esta pesquisa não apresenta grande contribuição para Educação Especial na modalidade da Educação Profissional, pois destaca o processo educacional feito nas escolas especializadas. Contudo, essa pesquisa faz a denúncia de que até recentemente a educação profissional não se dava nas escolas regulares, ficando ao encargo das escolas especiais, pois essas pessoas historicamente foram excluídas de outros espaços de formação.

No segundo artigo analisado, Silva e Dore (2016) abordam os fatores de evasão de estudantes na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, com e sem deficiência. Para isso, foi feito um levantamento dos alunos evadidos nos anos de 2006 a 2010, das escolas técnicas federais de Minas Gerais, e aplicaram questionários. Foram registrados 9.950 alunos evadidos, destes foram escolhidos, aleatoriamente, 1000 estudantes para aplicação do questionário. Dos alunos selecionados, somente oito se manifestaram como estudantes com deficiência. Nestas análises os autores perceberam que algumas motivações, dos alunos com deficiência, para deixarem os cursos, se assemelham com as dos alunos em geral, tais como dificuldade de conciliar trabalho e estudo.

Contudo existem algumas questões específicas dos alunos com deficiência, como acessibilidade e ausência de atendimento educacional especializado. Os alunos deflagram um não acompanhamento educacional especializado quando os mesmos são internados; há

ausência de intérprete de Libras para aluno com deficiência auditiva; falta de recursos ópticos e materiais adaptados; ausência de professor especializado e de uma equipe multiprofissional; bem como a ausência de salas multiprofissionais; Além disso, os autores destacam que existem fatores pessoais e institucionais para a evasão, dessa forma, se há interesse em pensar os processos inclusivos, se faz necessário observar todos os aspectos envolvidos.

Considerando o trabalho em questão e seus possíveis auxílios ao trabalho dos docentes, cabe ressaltar que a PNEE, explica que “É direito dos educandos do público-alvo da educação especial não apenas o acesso à escola, mas a permanência em escolas genuinamente acessíveis” (BRASIL, 2015).

A Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (BRASIL, 2020) apresenta que a Educação Especial é um processo complexo, devendo garantir ao estudante não só acesso ao ensino de qualidade, sendo necessário um expressivo processo de reflexão, adaptação e participação nos processos decisórios. Além disso, é direito que sejam proporcionados os recursos de acessibilidade que lhe garantam acesso a uma educação de qualidade.

Silva e Dore (2016), defendem que os avanços ocorridos nesse período na Rede Federal de Minas Gerais são frutos do trabalho dos NAPNE (Núcleo de Apoio à Pessoa com Necessidades Específicas), pois, após seu surgimento houve maior número de matrículas; acessibilidade dos prédios e avanços na organização da Rede Federal inclusiva.

Vale destacar que em um primeiro momento a missão do NAPNE foi articular pessoas, instituições e desenvolver ações de implantação do Programa TEC NEP no âmbito interno dos Institutos Federais, envolvendo servidores administrativos e docentes, alunos e familiares de alunos (AZEVEDO, 2008, p.51).

Desta forma, a partir de Azevedo (2008) compreende-se que o Programa TEC NEP, foi uma política pública com o intento de respeitar as diversas possibilidades da individualidade humana e oportunizar o acesso e a permanência na trajetória do ensino regular profissional para todos, com ou sem necessidades específicas.

Da mesma forma, Nascimento e Faria (2013), alegam que a criação da Ação TEC NEP, permitiu a quebra do paradigma historicamente construído de exclusão da pessoa com deficiência das classes regulares de ensino, porém argumentam que devido a extinção da Coordenação de Ações Inclusivas em junho de 2011, não houve tempo para instrumentalizar os NAPNEs com recursos multifuncionais e formação de recursos humanos. Desta forma, pode-se avaliar que a Ação TEC NEP, por via dos NAPNEs, permitiu reflexão, quebra de barreiras e acesso aos alunos com deficiência, contudo, ainda hoje os núcleos necessitam investimento para que possam alcançar toda a efetividade da proposta.

No artigo evidencia-se que os NAPNEs são importantes para a Educação Profissional, pois eles são o órgão gestor do processo de quebra de barreiras tanto físicas como educacionais e relacionais. Assim, para uma melhor Educação Profissional voltada a Educação Especial, na perspectiva inclusiva, é imprescindível a relação entre NAPNE e professores de sala de aula regular.

No terceiro artigo analisado, Freitas, Deleu e Castro (2015) fazem uma comparação das proposições inclusivas de um Instituto Federal que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com a Universidade Federal Fluminense - UFF, pois a última já trabalha com a questão de acessibilidade em todas as suas unidades.

Foram entrevistados quatro coordenadores do NAPNE e a coordenadora do Núcleo de Acessibilidade da UFF. A primeira comparação feita foi referente a entrada dos estudantes nas instituições, sendo que na UFF existiam 23,07% de alunos inclusos, no IF somente 1,12%. Os

autores discutem ainda que a Rede Federal tem um propósito de destinar 5% das vagas para PcD, desta forma o volume de estudantes matriculados está bastante aquém do proposto.

Segundo a Lei 13.409 (BRASIL, 2016), as instituições federais de educação superior e as de ensino técnico de nível médio devem reservar 50% das suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública e essas vagas devem ser preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, em proporção ao total de vagas.

A partir dos dados do artigo analisado, permite-se refletir sobre o processo de entrada nas instituições acima citadas. Na UFF observa-se um maior amadurecimento nos processos de acesso aos cursos, o IF, no entanto, ainda demonstra estar aquém daquilo que se propôs. Contudo, entende-se que estratégias já estão sendo realizadas para que a inclusão das pessoas com deficiência esteja ocorrendo. É importante destacar que as matrículas são o resultado de processos longos e complexos que envolvem reflexão, quebra de barreiras, instrumentalização da equipe, mudanças estruturais e reavaliação de processos de entrada.

Souza, Cunha e Magalhães (2013), trazem uma importante reflexão sobre o processo de entrada da pessoa com deficiência intelectual, devendo considerar:

(...) a formação profissional dos docentes (inicial e continuada), a reestruturação da metodologia de ensino e aprendizagem, a produção de materiais didáticos que reconheçam as necessidades singulares destes estudantes no processo pedagógico (SOUZA, CUNHA E MAGALHÃES, 2013, p. 94).

Esses pontos levantados pelos autores, podem servir de baliza para todos os processos de entrada dos estudantes da Educação Especial, na perspectiva inclusiva, na Educação Profissional, uma vez que objetivam reconhecer a singularidade e fazer as reflexões necessárias frente a ela, contudo, isso exige mudanças que são de ordem individual e institucional, sendo necessário formação e sustentação em políticas institucionais.

As pesquisas do artigo avaliado, de Freitas, Deleu e Castro (2015), indicam que os coordenadores do NAPNE desse instituto apresentaram muita rotatividade durante a pesquisa, trazendo nas entrevistas um relato de desânimo e sensação de impotência. Um outro ponto importante é a necessidade de melhorias no acompanhamento, nas ações acadêmicas e pedagógicas e de profissionais qualificados. Os autores destacam ainda a importância da formação em licenciatura e a necessidade de uma figura central como gestora dos processos inclusivos, para que, dessa forma, seja possível avançar nos conhecimentos já adquiridos.

É previsto na PNEE que:

O professor do atendimento educacional especializado deve ser o gestor e o planejador de todos os processos interventivos necessários para ampliar, ao educando do público-alvo da educação especial, as possibilidades de acesso ao currículo, incluindo os processos e as intervenções que ocorram na sala de recursos, na sala de aula ou em qualquer outro espaço da escola (BRASIL, 2020).

Nascimento *et. al.* (2011) consideram que para que a educação especial se efetive na Educação Profissional é necessário: Quebra de barreiras; Formação de Recursos Humanos; Contratação de Recursos Humanos Especializados; Democratização do Acesso; Garantia de Permanência (adequação didáticopedagógica); Conclusão com êxito e Inserção sócio-laboral. Este autor, demonstrou em sua pesquisa nos sites digitais, que os IFs já avançaram na formação em libras e braile; aumento do acesso com ações para inclusão e acessibilidade (adaptação da estrutura física) e quebra de barreiras, com seminários temáticos e participações em eventos externos acerca do tema.

Apesar dos autores do artigo perceberem que o IF apresenta diversas questões que precisam ser melhoradas, destacam que o NAPNE tem auxiliado os alunos e a instituição a tornarem-se mais inclusivos e sugerem que as instituições possam conversar para que seja possível uma troca de pares, podendo assim contribuir para reflexões, projetos e ações acadêmicas e pedagógicas de maior qualidade.

Percebeu-se, com esta revisão sistemática, que as tendências de pesquisas nessa área versam sobre deficiências visual e intelectual ou não abordam uma deficiência específica. Os cinco artigos revisados trazem pesquisas atuais na área de educação especial na perspectiva da Educação Profissional. Três textos tratam da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e dois de Educação em instituições especializadas e de aprendizagem profissional. Dessa forma, considera-se que somente três textos se aplicam ao propósito inicial dessa pesquisa que era auxiliar o trabalho de sala de aula dos professores que trabalham na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no entanto, nenhum deles discute práticas ou estudo de caso em sala de aula regular.

Percebe-se que uma temática recorrente em todas as pesquisas é a importância da formação, sugerindo que as instituições devem levar isso em consideração tanto na contratação como no processo formativo dos docentes. Destacam-se os fatores múltiplos que estão envolvidos em um processo de educação especial, onde deve-se observar a qualidade das interações, os materiais educacionais, as metodologias, a avaliação, a adequação do ambiente e os fatores emocionais. Os textos valorizam, ainda, as trocas entre pares, docentes e tutores e a troca entre instituições que trabalham com educação especial.

Além disso, nessa revisão sistemática foi possível verificar a denúncia da falta de investimento e de recursos para a educação especial na modalidade da educação profissional tecnológica, bem como, pouca política institucional de contratação profissional para o exercício docente com PcD. A pesquisa ainda conseguiu deflagrar que os profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem apresentam pouca formação específica, bem como muitos têm formação em área técnica e pouco em licenciatura.

Nos textos revisados pode-se perceber a importância das formações em licenciatura e o investimento em formação específica, devendo as instituições levarem isso em consideração tanto na contratação como no processo formativo dos docentes. Quanto a este tema, sugere-se a criação de uma figura central dos processos inclusivos, para que a mesma faça a gestão da informação e da comunicação entre os docentes e alunos.

Após a revisão sistemática e a avaliação dos cinco artigos e do levantamento de suas contribuições, foi possível perceber as tendências de pesquisa na área e discutir questões de maneira mais significativa. Uma percepção importante é a de que além de serem poucos artigos encontrados, os artigos que se propõem a analisar questionários o fazem com amostras muito restritas, o que indica a importância da reunião de amostras maiores para análises mais detalhadas. Estes elementos sugerem a urgência de pesquisas, estudos e relatos de casos que auxiliem no processo inclusivo e possam, verdadeiramente, auxiliar os professores das salas de aula do ensino técnico.

A partir desta revisão, ficaram também evidentes as diferentes formas de compreensão do que é Educação Profissional. Um dos textos fala sobre programas de aprendizagem de jovem aprendiz; um outro fala de formação profissional realizada em instituição especializada; e três abordam a Educação Profissional realizada na Rede Federal de Educação. Essas diferenças, quando discutidas todas como educação profissional, parecem estar relacionadas ao processo histórico da Educação Profissional e às mudanças de leis e regimentação sobre este nível de educação, no Brasil. Considerando este aspecto, questiona-se se não seria o fato de historicamente haver essa exclusão da pessoa com deficiência dos espaços de Educação

Profissional, o fato de não serem encontradas quantidades significativas de textos que apresentam boas práticas inclusivas na Educação Profissional.

Segundo MENDES (2017, p. 16), até 2015, foram produzidas 31 Dissertações e Teses que tratam da Educação Especial/Inclusiva na rede federal de ensino. Em sua maioria, esses trabalhos tratam de discussões sobre as políticas públicas, os processos realizados pelo NAPNE ou estudos de casos sobre deficiência visual, física e auditiva. Essa pesquisa reforça o que foi avaliado nesta revisão sistemática, uma quantidade muito pequena de produções científicas pesquisando e abordando a Educação Especial, na perspectiva inclusiva, na Educação Profissional.

Evidencia-se aqui, também, um destaque feito nos artigos, que alegam que as instituições não dispõem de políticas educacionais inclusivas o que acarreta no fato de os trabalhos ficarem isolados, não se promovendo formação, nem contratação de profissional especializado, muito menos se estabelecendo ações para construção de um processo inclusivo de qualidade.

Outra avaliação importante é sobre a formação dos profissionais que atuam com estudantes com deficiência e a importância da troca entre pares. Fica evidente, através dos trabalhos avaliados, que para ampliar as pesquisas e para avançar na Educação Profissional inclusiva, é necessário investimento na formação e no tempo de troca e diálogo entre as equipes de trabalho.

Quanto à relação dos Institutos Federais e a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, um detalhe que merece destaque é de que três artigos avaliados referem-se a pesquisas realizadas com estudantes com deficiências da Rede Federal de Ensino. Esse dado pode apontar que, atualmente, existe um interesse e uma tendência, nessas instituições, para a pesquisa e o avanço dos processos inclusivos.

Dos artigos analisados, dois valorizam e indicam como forte contribuição o trabalho do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas- NAPNE, no processo de entrada, acompanhamento e ações acadêmicas e pedagógicas. Estas indicações sugerem que esses setores deveriam ser fortalecidos para que o trabalho com o público-alvo da Educação Especial pudesse ser ainda mais efetivo. Contudo, no livro de Nascimento, Florindo e Silva (2013, p. 10), percebe-se que, infelizmente, isso não tem sido feito, através do MEC, desde o encerramento da Coordenação de Educação Profissional Tecnológica Inclusiva, na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica-SETEC. Isto significa que o avanço do trabalho dos NAPNEs é mais uma intervenção dos profissionais do que uma política de governo, o que parece dar ênfase ao ainda diminuto trabalho efetivo com estudantes da Educação Especial na Educação Profissional de nível técnico.

Além dessas tendências e análises apontadas é possível questionar o porquê de não aparecerem pesquisas e discussões sobre as necessidades de capacitação para a prévia avaliação do aluno, na observância de suas potencialidades, dificuldades, habilidades, interesses e competências educacionais. Essa avaliação singular, feita por meio do processo de avaliação diagnóstica e processual, permitiria acompanhar e propor estratégias metodológicas singulares, que proporcionassem o desenvolvimento dos sujeitos nos seus potenciais, garantindo assim condições para entrada, permanência e saída para esses alunos.

Por fim, entende-se que esta revisão sistemática resultou imprescindível para a compreensão e análise dos aspectos relacionados às pesquisas sobre Educação Especial, na perspectiva inclusiva, na Educação Profissional. Os textos avaliados dentro dos critérios de seleção e exclusão abordaram assuntos relativos às pessoas com deficiência na Educação Profissional, tendo destaque para deficiência visual e a deficiência intelectual. Destes textos, três trataram da Educação Profissional Técnica de nível médio e trouxeram importantes

reflexões. Estas podem auxiliar todos os profissionais envolvidos na Educação Especial na perspectiva inclusiva dentro da Educação Profissional.

4 CONCLUSÕES

Esta revisão sistemática buscou abordar pesquisas sobre práticas na Educação Especial na Educação Profissional em revistas nacionais de inclusão, disponibilizadas gratuitamente de forma online, indexadas na CAPES. Percebeu-se que as práticas de sala de aula não são temas abordados e publicados em revistas gratuitas, além disso, existem quantidades incipientes de artigos publicados referente ao tema Educação Especial na Educação Profissional. Para o desenvolvimento desta pesquisa foram encontrados, dentro dos critérios da pesquisa, somente cinco artigos que abordam o tema, sendo que nenhum deles aborda a prática, tratando de estudos de caso. Com os artigos selecionados dentro dos critérios, buscou-se levantar as deficiências que eram mais abordadas e quais as possíveis contribuições, os assuntos tratados, poderiam trazer aos professores da Educação Profissional.

Nos artigos analisados as deficiências que tiveram destaque foram visual e intelectual. Todos apresentaram pesquisas atuais na área de Educação Profissional, sendo publicados entre os períodos de 2012 e 2020. Nestas pesquisas foram feitos levantamentos históricos do processo inclusivo, discutindo os impactos desses na realidade atual da inclusão. Nestes textos também se evidenciou o processo histórico de exclusão e o quanto o processo de Educação Especial inclusiva na Educação Profissional ainda está no início, uma vez que, até recentemente, as pessoas com deficiência-PcD deveriam fazer esse processo fora das escolas regulares. Acredita-se que esse seja um dos fatores que levaram ao baixíssimo índice de artigos encontrados e a não obtenção de artigos que tratem de estudos de caso.

Dos cinco artigos analisados, três contribuem efetivamente com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, pois abordam a Educação Especial em escola especializada e a Educação Especial na aprendizagem profissional.

Com a análise desses artigos deflagra-se que as instituições, de forma geral, ainda não dispõem de políticas institucionais que organizem o processo da inclusão de PcD, dessa forma, não se tem capacitação, formação e espaços de diálogo, bem como, não se tem material e espaço adequado. É possível perceber, através das análises consideradas, que para que esta educação ocorra verdadeiramente, é importante a união não apenas de pais e professores, mas de um grupo maior, sendo necessário o envolvimento de governos, escolas e instituições parceiras. As políticas institucionais devem garantir o verdadeiro processo inclusivo, em que, não só a matrícula, mas o acompanhamento e o real desenvolvimento do sujeito sejam garantidos. Além disso, permitem que os envolvidos nos processos inclusivos tenham apoio, formação e espaço para um trabalho efetivo.

Para que seja possível assegurar acesso à entrada, permanência e saída, será necessário investir em processos adequados de contratação, formação e diálogo. A educação inclusiva do ponto de vista da Educação Especial não é apenas colocar os alunos dentro das salas de aula, é permitir que eles saiam formados, com conhecimentos que os permitam entrar no mercado de trabalho de maneira a concorrer com outros profissionais, não apenas realizando atividades menores das quais não precisariam formação profissional mais qualificada. Além disso, investir na formação e contratação de profissionais formados em licenciatura é imprescindível pois esta área traz grandes auxílios para aprimorar o processo de ensino das áreas técnicas, desmistificando, assim, a ideia de que o processo da Educação Especial se dê por características pessoais/emocionais exclusivamente dos profissionais envolvidos.

Uma outra consideração importante é a figura de um gestor do processo de inclusão, bem como o fortalecimento e valorização dos NAPNES's, que é o órgão responsável pela gestão

dos processos inclusivos. Percebeu-se, com as análises, a importância dessa centralização para que haja um responsável pelo processo que se articule com os professores, colegas de classe, especialistas e família, permitindo assim o diálogo e a construção coletiva de processos únicos e inclusivos.

Desta forma, como contribuição aos profissionais da Educação Profissional de nível técnico, acredita-se que estes têm muito a ganhar investindo-se em formação de equipe, criação de espaços de diálogo, abertura para escuta dos estudantes PcD e suas famílias, bem como, desenvolvendo estratégias de avaliação continuada, criando recursos metodológicos específicos para cada sujeito envolvido no processo. Além disso, sugere-se, a partir desta pesquisa, que sejam produzidos registros desses processos e das práticas, para que outros profissionais possam beneficiar-se.

Por fim, percebeu-se que o nível de pesquisas na área da Educação Especial, na perspectiva inclusiva, dentro da Educação Profissional, ainda é considerado baixo, dentro do período considerado. Compreende-se que este fato possa estar relacionado ao recente processo da Educação Especial escolas regulares na Educação Profissional. Questiona-se ainda se existem mais pesquisas e em que outro espaço de publicação elas estariam se dando. Sugere-se que outras pesquisas sejam feitas com o intuito de averiguar se existem pesquisas sobre este tema em revistas específicas de área ou revistas exclusivas de Educação Profissional. Além disso acredita-se na importância de mais pesquisas que envolvam processos metodológicos e avaliação, discutindo métodos de entrada, permanência e saída, garantindo assim formação educativa verdadeiramente inclusiva e de qualidade, possibilitando, dessa forma, desenvolvimento e aprimoramento a todos os profissionais envolvidos na Educação Profissional.

5 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, G. M. E. Incluir é sinônimo de dignidade humana. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: MEC.SETEC. v.1, n.1, p.46-54 2008.

BRASIL. Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Diário Oficial da União**. 23. set. 1909.

BRASIL. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. 27. dez. 1961.

BRASIL. Decreto 6.571, de 17 de setembro de 2008. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. **Diário Oficial da União**. 17. set. 2008.

BRASIL. Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 18 nov. 2011.

BRASIL. Documento Subsidiário-2015. Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. **Diário Oficial da União**. 2015.

BRASIL. Lei 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei n.12.711, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial da União**. 28. dez. 2016.

BRASIL. **PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/ Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação.** Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação - Brasília; MEC.SEMESP. 2020.

BOWMAN-PERROTT, L. et al. Academic bennefits of peer tutoring: a meta-analytic review of singlecase reserarch. **School Psychology Review, Bethesda**, v.42, p.39-55, 2013.

FIGUEIREDO, I. M. Z.; JOHANN, J. As demandas requeridas para o trabalhador com deficiência no Brasil na década de 1990. **Revista Educação Especial**, vol. 26, n. 45, p.59-72, 2013.

FERNANDES, W. L.; COSTA, C. S. Possibilidades da Tutoria de Pares para Estudantes com Deficiência Visual no Ensino Técnico e Superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol.21, no.1, p.39-56, 2015.

FREITAS, C. G de; DELEU, C. M.; CASTRO, H. C. Alunos com deficiência: investigação e análise das condições de atendimento de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil. **Revista Educação Especial**, vol. 28, n. 53, p.765-778, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. Brasília, 2010.

LIMA, M. P.; CAPPELLE, M. C. A. **Educação Profissional de Pessoas com Deficiência**: adaptações para a acessibilidade. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 31, n. 3, 1065-1098, set./dez, 2013.

MEDEIROS, M. de L. *et al.* Administração e Políticas Públicas em Educação: uma revisão sistemática da produção do EnANPAD e do EnAPG de 1997 a 2009. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 13, n. 30, p. 61-87, maio/ago., 2011

MENDES, K. A. M de O. **Educação especial inclusiva nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia brasileiros.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

NASCIMENTO, F.C.; et al. A Ação TEC NEP – Tecnologia, Educação, Cidadania e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas como ferramenta de inclusão nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. IN: **Inter Science Plance**. a. 4, n. 18, Jul/Set, 2011.

NASCIMENTO, F.; FARIA, R. A questão da inclusão na rede federal de Educação Profissional, científica e tecnológica, a partir da ação tec nep. IN: **Educação profissional e tecnológica inclusiva: um caminho em construção.** NASCIMENTO, F; FLORINDO, G. M. F; SILVA, N. S. da. (org). Brasília : Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2013.

NASCIMENTO, F; FLORINDO, G. M. F; SILVA, N. S. da. (org). **Educação profissional e tecnológica inclusiva: um caminho em construção.** Brasília : Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2013.

RAPOSO, P. N. O impacto do sistema de apoio da universidade de Brasília na aprendizagem de universitários com deficiência visual. **Dissertação de mestrado**. Brasília: Universidade de Brasília. 2006.

RODRIGUES, G. F; PASSERINO, L. M. A Formação Profissional de Pessoas com Deficiência e suas Repercussões na Formação dos Professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol.24, n.3, p.407-426, 2018.

ROPOLI, E.A; MANTOAN, M.T.E; DOS SANTOS, M.T.C.T; MACHADO, R. **A Educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: Sec. de Educação Especial. Universidade de Fortaleza. 2010.

SILVA, I. M. de A; DORE, R. A evasão de estudantes com deficiência na rede federal de Educação Profissional em Minas Gerais. **Revista Educação Especial**, vol. 29, n. 54, p. 203-214, 2016.

SOUZA, A. S; CUNHA, A. M. S; MAGALHÃES, A. M.S. Atendimento aos estudantes com deficiência intelectual na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. IN: **Educação profissional e tecnológica inclusiva: um caminho em construção**. NASCIMENTO, F; FLORINDO, G. M. F; SILVA, N. S. da. (org). Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2013.